

CNJ pede atenção na fiscalização de serviços de cartórios na epidemia

A corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza de Assis Moura, pediu nesta quinta-feira (25/3) atenção das corregedorias da Justiça dos estados aos efeitos da pandemia de Covid-19, que já matou mais de 300 mil pessoas no Brasil.

Reprodução



Reprodução Corregedoria pede atenção na fiscalização dos serviços de registro civil na epidemia

O funcionamento dos cartórios em que se registram nascimentos e óbitos e o acúmulo de processos sem desfecho nas varas dos tribunais precisam ser prioridade na gestão dos corregedores que participaram da cerimônia virtual de abertura do 85º Encontro do Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge).

De acordo com a ministra, a atuação das corregedorias-gerais de Justiça é importante para manter em funcionamento "ininterrupto" os serviços de registro civil. Uma das atribuições das corregedorias estaduais é fiscalizar o funcionamento dos cartórios extrajudiciais no país.

Com o anúncio de novo pagamento de auxílio emergencial pelo governo federal, é esperado que famílias recorram à Justiça para receber e que estelionatários voltem a tentar fraudar o benefício. Para lidar com ambas as situações, a Justiça depende do fornecimento e da atualização permanente dessas informações que ficam a cargo dos cartórios de registro civil.

"Conclamo que todos nós possamos envidar os maiores esforços possíveis para que esses serviços não sejam interrompidos de forma nenhuma para que essas famílias possam ter as certidões de óbitos de seus queridos entes que se foram. Ao mesmo tempo, precisamos que essas informações sejam atualizadas no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), pois são importantíssimas para o recebimento, em humanitário caráter, dessa verba a que essas famílias tenham direito", afirmou Assis Moura.

Acúmulo de processos

A ministra também alertou para o acúmulo de processos não resolvidos nas varas, um fenômeno que, mesmo com os ganhos obtidos com o uso da tecnologia, foi registrado no último ano, em decorrência da

pandemia. De acordo com a corregedora nacional, os motivos da sobrecarga são variados e a conjuntura demanda o apoio das corregedorias às varas em maiores dificuldades para não inviabilizar a gestão dos processos após o fim da pandemia.

"Acredito que seja passo essencial para que todas as unidades do Poder Judiciário sejam reconhecidas pelo serviço prestado, não obstante as dificuldades passadas e presentes. Peço união em torno de diretriz comum a fim de prestar ao cidadão serviço público que transmita plena confiança ao Poder Judiciário", afirmou a ministra.

Soluções tecnológicas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes defendeu a atuação do Poder Judiciário, que "não vem faltando ao Brasil" durante a crise sanitária. De acordo com o ministro, as restrições de distanciamento social impostas pela pandemia ajudaram a Justiça a vencer as "naturais resistências" que havia contra o uso da tecnologia e aceleraram a transição da Justiça brasileira para um novo modelo de atuação, mais eficiente.

"O Poder Judiciário deve aproveitar que nós aprendemos a lidar com tecnologia para avançar, com prioridade e foco e mudança de mentalidade. Assim o Poder Judiciário poderá, de forma inteligente, se modernizar e avançar na prestação jurisdicional", afirmou. *Com informações da assessoria do CNJ.*

Date Created

26/03/2021